

AMÉRICA: DESAFIOS NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MUDANÇA SOCIAL E DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO: AS EXPERIÊNCIAS DO BRASIL E DA CORÉIA DO SUL*

*Jacky Buffet***
*Philippe Regnier***

No relatório de 1991 do Banco Mundial, intitulado **O Desafio do Desenvolvimento**, lê-se:

"Freqüentemente ouve-se dizer que o exercício da democracia torna o desenvolvimento econômico mais difícil, que a reforma se faz quase sempre às expensas de certos direitos e que a estabilização macroeconômica significa habitualmente, pelo menos por um certo tempo, agravação do desemprego. Daí decorre a idéia de que as escolhas difíceis só podem ser feitas por governos autoritários" (BANQUE MONDIALE, 1991, p.11).

A partir daí, pode-se pensar numa lei geral de evolução entre regime forte, desenvolvimento e democratização? É possível produzirem-se correlações suficientemente argumentadas e, sobretudo, apoiadas em experiências concretas quanto à forma melhor adaptada de organização política suscetível de engendrar o mais rapidamente possível o desenvolvimento? Situado no próprio cerne das paixões mais polêmicas, esse é um debate candente de atualidade, se se considerarem não mais as teorias abstratas do desenvolvimento, mas, sim, os homens que encarnam as mudanças econômicas e sócio-políticas de um país.

Em seu **Tratado de Economia Política**, Jean-Baptiste Say (1803) já tomara partido sobre a questão, postulando a independência entre o político e o econômico:

* Artigo traduzido do francês por Sueli Cassal.

** Professor da Universidade de Genebra.

"Sob todas as formas de governo, um Estado pode prosperar se for bem administrado. Nações se enriqueceram sob monarquias absolutas; arruinaram-se sob conselhos populares. Se a liberdade política é mais favorável ao desenvolvimento das riquezas, é de modo indireto, da mesma forma que é mais favorável à instrução".

E Say (1803, p.1) conclui: "As riquezas são essencialmente independentes da organização política".

A análise dos tempos longos da História dá, a esse respeito, tanto exemplos quanto contra-exemplos. A revolução industrial na Europa e no Japão desenvolveu-se sob regimes autocráticos ou monárquicos. Na Alemanha e na Espanha de ontem, no Chile mais recentemente, a decolagem econômica parece ter precedido exatamente a instauração da democracia parlamentar. Mas a Argentina e as Filipinas mostram-nos uma sucessão de regimes ora autoritários, ora progressistas, que praticamente não parecem estar em condições de controlar a gravidade dos problemas econômicos e sociais internos. Alhures, na Itália, na Grécia e em Portugal, a democratização parece ter insuflado forças novas de desenvolvimento e de modernização.

Esses exemplos conjugam-se para colocar em evidência um terceiro parâmetro essencial da relação — o fator social —, que ata e desata, nas sociedades, os laços de interdependência entre a esfera econômica e a política. Retomando uma interrogação muito atual, os regimes autoritários cavam suas próprias sepulturas quando estimulam o progresso econômico (Business Week, 1991)? Em todos os casos em pauta, a principal dificuldade reside no fato de se saber se a industrialização e sua nova lógica social nascem necessariamente, ou não, de um impulso inicial de tipo autoritário.

Examinando-se as experiências recentes do Brasil e da Coreia do Sul, esse exercício comparativo precisa considerar a dificuldade de campos de análise muito diferentes. Entretanto esses dois países pertencem igualmente ao clube dos recentemente industrializados, sugerindo, por isso mesmo, a existência de um certo número de características comuns. Nesse sentido, parece útil, ao cabo de 30 anos de industrialização, tanto no Brasil quanto na Coreia, procurar-se identificar as razões e as modalidades de um relativo êxito econômico, bem como as repercussões diferenciadas nos terrenos social e político.

1 - Nas origens da industrialização: choques de modernidade e tomada de poder pelos militares

1.1 - História e herança pré-industrial no Brasil e na Coreia do Sul

1.1.1 - Brasil: uma inserção precoce na economia mundial (1500-1930)

Descoberto em 1500, no contexto de uma expansão europeia dominada pelo mercantilismo, o Brasil suscitou pouco interesse no início da colonização portuguesa. Desprovido de ouro e especiarias, virgem de qualquer civilização milenar, simultaneamente vazio e sem limites, esse novo mundo teve que esperar até 1530 para ver se desenvolver um projeto de valorização suscetível de compensar, aos olhos de Lisboa, o elevadíssimo custo de sua ocupação militar. Tirando proveito de sua primeira riqueza

natural — o clima tropical —, esse projeto deu origem à agricultura colonial, latifundiária e escravagista, e uniu, dessa forma, o Brasil à Europa, selando sua especialização na exploração dos grandes produtos agrícolas de exportação (açúcar, algodão, cacau, borracha, café). Levando-se em conta a debilidade financeira e demográfica da metrópole, a empresa era diretamente assegurada por particulares da nobreza portuguesa, que a Coroa se esforçava em controlar através da instauração do Pacto Colonial e do "exclusivo metropolitano".

No plano político, essa forma pioneira de valorização deu nascimento ao embrião de uma classe de grandes latifundiários, que não tardou muito a sacudir o jugo português, a fim de recuperar os excedentes recolhidos por Lisboa na prática de um intercâmbio particularmente desequilibrado. Essa contestação teve início com o enfraquecimento de Portugal, na guerra entre a Holanda e a Espanha, no período de 1579 a 1648; foi reforçada em 1807/08, na esteira da ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, quando da transferência da Coroa portuguesa para a sua própria colônia e da Abertura dos Portos aos navios estrangeiros; e culminou com a Independência em 1822.

Nessa época, o Brasil entrou em seu último grande ciclo exportador, levado pelo aroma delicado de um produto destinado a transformar profundamente o País: o café. Primeiramente ocorreram transformações no plano social, visto que essa cultura se desenvolveu no momento preciso em que o sistema escravagista começou a ser seriamente questionado. Entre a extinção do tráfico negro em 1850 e a abolição definitiva da escravidão em 1888, o País tentou vencer o desafio da mão-de-obra, recorrendo progressivamente ao trabalho assalariado. Em seguida, houve transformações econômicas, visto que esse primeiro núcleo de consumidores potenciais acarretou um desdobramento do capital cafeeiro em direção a um setor industrial emergente, principalmente nos setores têxtil e alimentar. Transformações políticas, enfim, aconteceram a partir do momento em que o desenvolvimento exponencial da cafeicultura começou a exigir uma verdadeira política de intervenção do Estado (investimentos, defesa das cotações, mão-de-obra, etc.). Essa exigência só acentuou a incapacidade das instituições centralizadoras do Império em aplicar uma política de desenvolvimento mais "regional" e conduziu ao golpe de estado de 1889, que consagrou a autonomia das regiões e o início da república da oligarquia cafeeira.

Entre 1889 e 1930, a cafeicultura conheceu um desenvolvimento muito próspero, ao abrigo de um sistema político, econômico e social inteiramente voltado para seus próprios interesses.

Bem diferente é a experiência coreana.

1.1.2 - Coréia do Sul: o Estado eremita cobiçado (1500-1945)

Terra de grande civilização de ascendência chinesa, dotada de uma posição geoestratégica muito cobiçada, a Coréia do Sul encontrou-se, desde os séculos XV e XVI, no centro das rivalidades sino-japonesas. Procurando conservar a homogeneidade de seu território, de sua língua e de sua cultura, ciosa em preservar uma certa autarcia que a protegia de seus poderosos vizinhos, a península cultivou, até o século XIX, o isolamento e o lento declínio de uma sociedade confucionista extremamente hierarquizada, progressivamente cristalizada no imobilismo de uma burocracia de Estado e de uma aristocracia fundiária zelosa de seus privilégios. Contrariamente a seu temível

vizinho japonês a partir da era Meiji, a Coréia era, então, um dos raros países da Ásia a não ter sofrido a influência direta do Ocidente, a não ser pela intermediação remota da China. No final do século XIX, a mediocridade da situação econômica e a paralisia das estruturas políticas e sociais eram tais que mais nada podia garantir essa continuidade e essa recusa em mudar.

O despertar da Coréia para a era industrial começou tardiamente e de forma brutal, com a chegada dos japoneses em 1910, mas o jugo imperial nipônico deixou os coreanos isolados de qualquer influência ocidental até 1940-45. Essa ocupação japonesa representou o primeiro grande choque de modernização do país. Na esteira de uma colonização de assimilação feroz e repressiva, os japoneses empreenderam uma industrialização importante, na qual a Coréia pôde se apoiar mais tarde. A produção industrial aumentou 10% por ano, atingindo cerca de 40% do PIB em 1940. Os japoneses deixaram igualmente atrás de si uma infra-estrutura, uma rizicultura modernizada, algumas grandes indústrias (minas, adubos e mecânica no norte; agroalimentar e têxtil no sul), um sistema de higiene e de saúde, um sistema escolar, uma universidade e alguns núcleos de empresários e técnicos coreanos. Paralelamente, uma certa resistência antijaponesa e, sobretudo, a constituição de um governo provisório no exílio (1919) confrontaram, pela primeira vez, os futuros líderes coreanos (Syngman Rhee nos Estados Unidos, Kim Il Sung na China e na ex-União Soviética) com as grandes ideologias que iriam dividir o Mundo.

1.2 - Choques de modernização e desordens em série: caminhando para a tomada de poder pelos militares

1.2.1 - Brasil: Estado de compromisso e industrialização "restrita" (1930-64)

O período que se estende da queda da oligarquia em 1930 ao golpe de Estado militar de 1964 pode ser considerado como relativamente homogêneo, já que o impacto da Segunda Guerra Mundial se revelou menos significativo do que na Coréia. No essencial, trata-se de um período de transição, em que se assistiu progressivamente à modificação da composição das forças sociais e políticas em jogo.

De uma maneira geral, a queda do sistema oligárquico cafeeiro, prematuramente revelada pelo *crack* de Wall Street, aplicou um choque de modernização no conjunto da sociedade brasileira.

Na segunda metade do Império, a reorganização do sistema de trabalho e o desenvolvimento rápido do setor cafeeiro tinham favorecido o desenvolvimento das primeiras indústrias — primeiramente, bens de consumo não duráveis, têxteis e produtos alimentares e, posteriormente, bens de capital orientados para a modernização da cafeicultura. As frações de capital investidas nesse novo setor provinham essencialmente da agricultura cafeeira, de um lado, porque esta representava o único setor gerador de lucros substanciais e, de outro, porque a sustentação de seu desenvolvimento em um contexto de mão-de-obra assalariada exigia doravante novos investimentos no setor industrial.

Esse laço particular entre a cafeicultura e as primeiras indústrias deveria, além disso, revelar sua profunda especificidade, pois, se o setor exportador podia perfeitamente ser considerado como o lugar de origem das primeiras indústrias, da mesma

forma ele só podia limitar-lhes estreitamente o desenvolvimento, precisamente porque esse desdobramento do capital cafeeiro em favor da indústria só fora realizado para assegurar o desenvolvimento do setor exportador.

Uma das implicações dessa análise do nascimento da indústria é o fato de se saber se é possível realmente concluir quanto à existência de uma classe industrial-burguesa em 1930, no momento da queda da oligarquia cafeeira. A resposta só pode ser negativa, na medida em que o capital cafeeiro parece ter marcado profundamente o surgimento das primeiras indústrias. Por conseguinte, o Estado que se reestruturou subsequente à queda do sistema oligárquico cafeeiro não encarnou imediatamente um Estado de tipo industrial-burguês, mas, sim, um Estado de compromisso, no qual se reencontraram todas as frações de capital da sociedade brasileira (capital cafeeiro, capital cafeeiro-industrial, outros setores da oligarquia), sem que nenhuma conseguisse, entretanto, propor uma hegemonia alternativa ao vazio deixado pela queda do setor agroexportador (crise da oligarquia cafeeira, debilidade da burguesia industrial, desestruturação da oligarquia tradicional) (BUFFET, 1991, p.168-178).

De fato, levando-se em conta a presença (embora não hegemônica) dos representantes da oligarquia cafeeira, as políticas de apoio ao setor agroexportador foram reconduzidas e ampliadas, e a industrialização — devido à presença das frações de capital industrial — foi progressivamente favorecida enquanto alternativa potencial à depressão e à crise do modelo de abertura para o Exterior. Essa estrutura particular de poder, aliando habilmente desenvolvimento agrícola e desenvolvimento industrial, determinou, por sua vez, a natureza desse novo tipo de Estado, simultaneamente gerador de classes mais firmemente sedimentadas, mas, ao mesmo tempo, portador de um novo tipo de conflito para o projeto de desenvolvimento futuro.

Quase no fim do período, uma vez estabelecida a sedimentação das frações de capital industrial em burguesia suficientemente avançada, o "compromisso" político instaurado em 1930 começou a enfrentar suas primeiras dificuldades. A afirmação de um novo projeto de desenvolvimento, mais urbano e mais industrial-burguês, começou a ver na estrutura social e fundiária herdada da república oligárquica um obstáculo à ampliação de seus mercados e de suas possibilidades de desenvolvimento. A fase de industrialização pesada do Presidente Kubitschek (1956-61) só deve seu sucesso ao respeito às estruturas vigentes, mas revelou toda a dificuldade em administrar democraticamente uma tal contradição. Finalmente, quando, em 1964, o Presidente Goulart decretou a reforma agrária, ele foi derrubado pelos militares. O Brasil entrou, então, na era das reformas profundas, enquanto, do outro lado do Mundo, a Coréia do Sul conhecia, por sua vez, uma experiência muito específica de modernização.

1.2.2 - Coréia: os dramas da independência (1945-61)

Embora sendo território colonial não beligerante durante a Segunda Guerra Mundial, a península coreana teria sido objeto de um arranjo desde o encontro de Yalta. Em 1945, norte-americanos e soviéticos apressaram-se em ocupar o vazio deixado pelos japoneses, enquanto a "guerra fria" se impôs progressivamente aos coreanos abandonados à hegemonia das novas grandes potências. A cortina de ferro levantou-se rapidamente, em oposição aos esforços aparentes de unificação e de governo único. Em 1948, nasceram dois Estados distintos: ao sul, a República da Coréia, presidida por

Syngman Rhee; ao norte, a República Popular e Democrática da Coreia, dirigida por Kim Il Sung. "Irmãos separados" por duas concepções antagônicas da modernização, os coreanos tornaram-se, finalmente, "irmãos inimigos" em 25 de junho de 1950, com o início da Guerra da Coreia.

O século XX aparece como bastante sombrio na história coreana: colonização, guerra mundial, guerra fria antes e após uma guerra fratricida, tão inútil quanto terrivelmente sangrenta, divisão hermética (ausência inclusive de relações postais) até os inícios tímidos de aproximação em 1990-91. Quando as armas se calaram em 1953, o traumatismo era bastante real: um morto em média por família, destruições gigantescas, famílias dilaceradas e irremediavelmente separadas pelo insano confronto das ideologias (TEISSIER DU CROIS, 1990).

Da ocupação japonesa à tutela norte-americana dos Pós-Guerras, a Coreia do Sul engajou-se em um segundo período de modernização, imposto novamente pelos choques de sua história imediata e por uma potência externa ocidental e de inspiração liberal desta vez. O apoio de Washington à reconstrução foi considerável, tanto na esfera econômica quanto na militar. A industrialização da década de 50 repousava no desmantelamento das grandes empresas japonesas e na revitalização do setor agroalimentar e têxtil, a fim de alimentar, vestir a população e dar-lhe novamente trabalho. Não obstante, as feridas da guerra ainda eram muito recentes. Após o forte crescimento de 1955 (25%), a falta de capitais e de empresários indispensáveis ao desenvolvimento de novos pólos de atividade não tardou a se conjugar à saturação do mercado interno de bens de consumo, dando lugar a uma grave crise em 1958-59. Ao norte, a "outra Coreia" engajou-se vigorosamente à indústria pesada.

Na liderança do Partido Liberal de inspiração norte-americana, criado afoitamente em 1951, em um país desprovido de cultura política e de tradição partidária, Syngman Rhee erigiu-se em "pai" da independência e da liberalização da Coreia do Sul. Exerceu um poder quase absoluto até as eleições de 1956-57. Dessas eleições emergiu uma oposição de democratas-progressistas, assim como movimentos estudantis mesclando sinceridade espontânea e tentativas de subversão pró-comunista. Autoritarismo político, violência policial, corrupção e escândalos, manipulações eleitorais e manifestações repetidas forçaram, finalmente, Syngman a renunciar em 1959.

A II República dos Democratas — Chang Myun —, que nasceu das eleições de 1960, durou apenas 10 meses. Em uma confusão política e social extrema, agravada por uma intensa crise econômica e por uma Coreia do Norte fortalecendo-se gradativamente, os militares conduzidos pelo General Park Chung-Hee tomaram o poder em 16 de maio de 1961. Este último fundou o Partido Democrático Republicano (PDR) em 1963 e inaugurou a III República (1963-72), "vencendo" as eleições.

1.3 - Poder ilegítimo e formas autoritárias de restabelecimento da ordem

1.3.1 - Brasil: os militares "árbitros" do desenvolvimento?

Em 31 de março de 1964, o Presidente João Goulart foi deposto pelos militares. Esse acontecimento ratificou o fracasso do *status quo* inaugurado imediatamente após a Revolução de 1930 entre as forças seculares ligadas à agricultura e as forças

portadoras de um projeto de industrialização. De forma bastante rápida, o novo regime revelou sua verdadeira função histórica, a saber, assegurar a arbitragem autoritária de um tipo de desenvolvimento capitalista, conjugando a industrialização rápida do País à manutenção das estruturas agrárias constituídas.

Para os militares que tomavam o poder, a análise da crise podia ser resumida em duas proposições: de um lado, a sociedade ainda não atingira o limiar de desenvolvimento econômico e social requerido para estabelecer uma real democracia; de outro, as estruturas suscetíveis de conduzir à mesma pressupunham, previamente, a aceleração da difusão das relações capitalistas e, conseqüentemente, a instauração de métodos autoritários de controle e de gestão que permitissem regular-lhes o curso.

Disso resultou um projeto específico de desenvolvimento, articulado em torno de uma estrutura complexa de regulação, cuja impopularidade só se igualou à ausência de legitimidade democrática.

Esse projeto se caracterizou, primeiramente, por uma afirmação das estruturas capitalistas, através de um vasto movimento de concentração das empresas, de uma expansão considerável do Estado (legislador e empresário) e da instauração de práticas autoritárias de gestão da mão-de-obra, destinadas a afirmar a supremacia do capital sobre as relações sociais (função de concentração). Em seguida, consolidou-se mediante a modernização espetacular da economia, baseada na divisão da sociedade em dois segmentos de consumo, um numericamente reduzido, mas economicamente solvável, o outro numericamente majoritário, mas destinado a prover a função consumista do primeiro através dos mecanismos rígidos de controle salarial (função de exclusão). Foi confirmado, enfim, por uma articulação astuciosa da economia nacional à mundial, que permitiu, de um lado, integrá-lo às redes internacionais de tecnologia, aos capitais e às firmas multinacionais e, de outro, assegurar um complemento não negligenciável aos mercados econômicos, voluntariamente reduzidos, no plano interno, a uma franja estreita de consumidores solváveis (função de abertura para o Exterior).

A regulação política e social desse modelo foi, por sua vez, definida através das três esferas de controle representadas pelas instituições, pela estrutura de autoridade e pela lógica de representação. Uma redefinição das instituições desembocou na supressão pura e simples dos direitos constitucionais — civis e políticos — fundamentais, no controle e até no fechamento temporário dos canais de representação dos interesses sociais (Congresso) e no estabelecimento de um *diktat* do Executivo sobre o Legislativo, estreitamente codificado por toda uma série de atos institucionais. Disso resultaram uma estrutura de autoridade específica, caracterizada pelo exercício direto das funções governamentais pelas forças armadas, e a criação de um vasto "sistema de informações" destinado a vigiar a oposição e a controlar a conformidade dos líderes ao projeto de desenvolvimento. A neutralização dos opositores foi, enfim, assegurada através de um arsenal repressivo, indo das sanções tradicionalmente aplicadas pelos regimes autoritários (depuração das estruturas do Estado, cassação dos direitos políticos, repressão policial, prisões, etc.) à implementação de técnicas de organização políticas maleáveis e revisáveis à vontade (funcionamento dos partidos, regras eleitorais, procedimentos de designação dos representantes, etc.), que permitiram controlar estritamente os progressos da oposição, reduzir a mobilização política e assegurar, por fim, a continuidade do regime e do modelo de desenvolvimento vigentes.

Sob a aparência de uma ditadura tão truculenta quanto a do Brasil, os dirigentes sul-coreanos tiveram — ao que parece — menos dificuldades em se legitimar, pelo menos parcialmente.

1.3.2 - Coréia do Sul: os militares "árbitros" da História?

Em 1960, a Coréia do Sul era ainda muito pobre (nível de vida comparável ao da Índia); e a conscientização política das massas, relativamente marginal. Os desafios enfrentados desde 1940 foram de tal intensidade que o golpe de força de Park, por mais ilegal que fosse, chegou talvez num bom momento, por pouco que a junta militar soubesse utilizar inteligentemente a capacidade de mobilização psicológica de uma população que só aspirava à segurança (interna e externa), à estabilidade social e, sobretudo, à melhoria rápida de suas condições de vida.

Para além de suas aparências de ditadura clássica, o novo regime procedeu a uma verdadeira revolução, cujos traços mais inovadores foram os seguintes:

- **no âmbito político**, o Presidente Park encabeçou um Executivo centralizado e uma burocracia muito hierarquizada (heranças coreanas e japonesas), de inspiração, ao mesmo tempo, militar e leninista em seu modo de funcionamento. Copiaram-se os piores inimigos, precisamente para vencê-los em seu próprio terreno. Assim militarizado, o Estado pôde arregimentar a sociedade, sobretudo porque forjou sua própria autonomia de ação face aos interesses individuais e às clientelas do antigo regime. A nova ordem pretendia ser mais revolucionária do que reacionária e lançou campanhas de mobilização das massas baseadas nos temas da segurança e do estado de alerta permanente (perigo norte-coreano), da urgência do desenvolvimento econômico, da "purificação social" (clientelismo e corrupção) e da redução drástica das desigualdades;
- **no âmbito social**, Park pregou a mobilização e a valorização sistemática dos recursos humanos, maneira de compensar a ausência de riquezas naturais e industriais. Por detrás das promessas de criação de emprego, de desenvolvimento do sistema de saúde, de promoção do sistema educativo e de política de habitação, tratou-se de arregimentar as forças vivas do corpo social, cultivando, ao máximo, seu senso de aprendizagem, de trabalho, das tradições neo-confucionistas, da família, da identidade coreana, do respeito à autoridade, da hierarquia e do primado dos interesses coletivos sobre os individuais. Essa filosofia do novo regime foi acompanhada de um enquadramento e de um controle muito estritos das relações sociais e de uma repressão policial vigorosa dos movimentos estudantil e operário, julgados subversivos;
- **no âmbito econômico**, enfim, o clima de estado de urgência e de mobilização por psicose estendeu-se à industrialização e ao desenvolvimento a qualquer custo, erigidos como prioridade absoluta e barreira última contra o comunismo. O Estado tornou-se "desenvolvedor" e arrogou-se, para esse fim, poderes de planificação autoritária. A economia militar-industrial orientou-se para a exportação em grande escala, apoiando-se, em torno do Presidente, em um verdadeiro estado-maior de militares, industriais e altos funcionários, na edificação de conglomerados industriais muito próximos do poder (os *chaebols*) e em uma combinação dirigida, mas flexível, de valorização do mercado interno (vasto setor público) e demanda privada dos mercados internacionais.

2 - Tentativas de legitimação dos regimes militares

2.1 - Legitimação pelo desenvolvimento econômico

2.1.1 - Brasil: realizações incontestáveis, mas a que preço!

No conjunto, a via brasileira de modernização fez aparecer resultados freqüentemente espetaculares, mas que, colocados no contexto do modelo que lhes é subjacente, destacam exemplarmente seu fracasso em muitas outras esferas.

A princípio, abordar-se-ão os aspectos positivos. De 1968 a 1973, o Brasil cresceu 11% ao ano, chegando, inclusive, a atingir 14% em 1973. Esse crescimento deu-se de forma bastante particular no setor industrial (13,2% em média, anualmente, entre 1967 e 1973), especialmente nos subsetores bens de consumo duráveis e bens de capital, cujo crescimento passou, respectivamente, de 21,9% e 13,7% entre 1967 e 1970 para 25,5% e 22,5% entre 1971 e 1973. As exportações triplicaram entre 1967 e 1973, permitindo produzir, até o final de 1970, um excedente comercial. A inflação declinou regularmente, passando de 90,5% em 1964 a 17% em 1972 e a 15,4% em 1973, paralelamente a um nítido crescimento da poupança em termos absolutos.

A partir de 1974, essa curva de crescimento entrou em uma segunda fase, cujos destinos são amplamente mais caóticos e incertos. As tensões começaram a se exprimir no setor industrial, em particular através de uma incapacidade crescente do aparelho produtivo de satisfazer a demanda de bens de capital gerada pelo crescimento. Essas pressões se traduziam pelo reaparecimento de importantes pontos de estrangulamento, pelo aumento dos prazos de entrega das mercadorias e pelo desenvolvimento de uma verdadeira economia de mercado negro nos setores mais sensíveis à demanda (indústria automobilística, em especial). A penúria manifestou-se igualmente através do desenvolvimento de novas "capacidades ociosas", consecutivas, na maioria dos casos, a atrasos nos fornecimentos. Seguiram-se novas pressões sobre as importações, que favoreceram, por sua vez, o reaparecimento dos primeiros déficits comerciais desde 1967.

A escolha de uma política de retomada do crescimento e de modernização "forçada" a partir de 1974 trouxe apenas uma trégua passageira, rapidamente consumida por uma deterioração brutal das contas públicas, por uma retomada não controlada da inflação e por um crescimento espetacular do endividamento externo. Face às dificuldades encontradas tanto no plano externo (segundo choque petrolífero, choque do dólar) quanto no plano interno, o II e o III Plano Nacional de Desenvolvimento foram abandonados antes de seu fim, no momento mesmo em que a problemática do desenvolvimento passou progressivamente da gestão dos desequilíbrios do sistema produtivo à gestão dos desequilíbrios macroeconômicos a curto prazo (hiperendividamento externo e interno, hiperinflação, recessão). O *ritornello* dos bloqueios a partir de 1986 serviu apenas para estigmatizar a incapacidade dos dirigentes da Nova República de controlar os desequilíbrios acumulados pelos militares.

Do outro lado do Mundo, foi um outro modelo de desenvolvimento que a Coréia privilegiou.

2.1.2 - Coréia do Sul: um franco sucesso!

Contrariamente a muitos governos do Terceiro Mundo, o regime militar coreano quis, desde seu início, consolidar sua tomada de poder e seu esforço de mobilização nacional por uma ação imediata e concreta em estreita conformidade com o novo tipo de discurso feito à população. O desafio do crescimento econômico foi vencido desde os anos 70, com um crescimento em dois dígitos até 1980/81, e apenas levemente mais moderado em seguida. Esse crescimento permitiu ao país figurar em bom lugar no seio do clube dos novos países industrializados (NPI) (US\$ 4.968 *per capita* em 1989) e talvez, em breve, lhe permita integrar o da OECD.

Tirando proveito do *boom* das economias ocidentais até o primeiro choque petrolífero, assim como de uma cooperação estreita com os Estados Unidos (e, após 1965, com o Japão), o regime militar adotou, de 1963 a 1966, ambiciosas reformas econômicas (desvalorização da moeda em 50%; duplicação das taxas de juro). O objetivo prioritário visava inserir rapidamente no comércio internacional produtos *made in Korea*, mediante o jogo das vantagens comparativas "fabricadas", primeiramente, na indústria leve, com forte concentração de trabalho e, portanto, de empregos (têxtil, calçados, construção civil, componentes eletrônicos), e, posteriormente, na indústria pesada, com forte concentração de capital (siderurgia, construção naval, química). A prazo, tratava-se de atingir as altas tecnologias (indústria automobilística, eletrônica, informática) (AMSDEN, 1989, p.139-153). Conjugado a uma manipulação dos custos reais de produção, esse "furor" desenvolvimentista finalmente permitiu à Coréia da década de 80 controlar seu endividamento externo, liberar os primeiros superávits comerciais e investir maciçamente no Exterior, principalmente no Sudeste Asiático e na América do Norte.

A legitimação pelo desenvolvimento foi mais nítida ainda na medida em que houve a preocupação, desde os primórdios do golpe de Estado, em satisfazer o mais rapidamente possível as necessidades essenciais dos coreanos e em desativar, dessa forma, os focos potenciais de desestabilização social: redução do desemprego, promoção do consumo básico (alimentação e vestuário), generalização da saúde pública e da educação, urbanização, construção de habitações, desenvolvimento de uma rede de comunicações e de transportes modernos.

Diversificação rápida das atividades econômicas, início de consumo de massa e multiplicação dos serviços constituíram a realidade dos anos 80, a um ritmo tal que, provavelmente, o país deverá, daqui até o ano 2000, enfrentar diversos problemas de superaquecimento econômico (inflação, *boom* das importações de bens de capital, penúria de mão-de-obra, insuficiência de infra-estrutura) e de transição pós-industrial (controle da poluição, explosão urbana, estrangulamento dos transportes, etc.).

2.2 - Legitimação pela ação social: evoluções distintas

2.2.1 - Brasil: o impasse total!

Em abril de 1977, o desenhista Nani publicava no jornal **Pasquim** um desenho que ilustrava perfeitamente a natureza da política social levada a cabo durante os anos do "milagre econômico". Tratava-se de um laboratório de pesquisa que acabava de

adquirir um microscópio extremamente potente, simbolizando visivelmente o esforço de industrialização empreendido pelo País. Diante do diretor desse laboratório, encontrava-se um mendigo desdentado, maltrapilho e visivelmente desnutrido, que lhe perguntava se era possível, com essa geringonça, ver o salário mínimo!

De uma maneira geral, não se pode verdadeiramente falar, no caso do Brasil, de legitimação do regime militar pela ação social, já que, precisamente, a essência do modelo consistiu em concentrar a renda nacional em um segmento reduzido da população (cerca de 25 milhões de brasileiros), de forma a consolidar um mercado interno efetivo, suscetível de legitimar a implementação de uma industrialização pesada. Essa política, tão impopular quanto ilegítima, naturalmente excluiu do mercado a grande maioria da população, num momento em que, ao contrário, a ausência de ganhos em termos de mercados devia ser compensada por uma articulação à economia mundial, através das exportações.

Assim, quando, a partir de 1968/69, começaram a se fazer sentir os primeiros efeitos das reformas, a grande maioria da população considerou-se bem pouco envolvida pelo que a imprensa não tardou em qualificar de verdadeiro "milagre econômico". Em nome do crescimento e dos lucros, os assalariados do setor privado sofreram uma queda considerável de seu poder aquisitivo (US\$ 100 em 1964; US\$ 58 em 1974), enquanto os empregados do setor público deviam pagar diretamente de seus próprios bolsos a pressão do equilíbrio orçamentário (os salários passaram de US\$ 100 em 1964 para US\$ 40 em 1974). Essa política, conhecida com *trickle down*, provocou um agravamento da concentração de renda em favor das classes mais favorecidas, que viram sua participação na riqueza passar de 46,7% em 1970 para 50,4% em 1976, enquanto a "metade pobre" da população viu sua parte decrescer de 14,9% para 13,5% no mesmo período.

Outro elemento social dos mais sensíveis, as medidas de incentivo em favor das exportações (contrapartida do que se deixava de ganhar em termos de mercados internos) provocaram um crescimento muito mais rápido das culturas destinadas à exportação (café, algodão, cana-de-açúcar, soja, laranja) em relação às produções reservadas ao mercado interno (arroz, feijão, tomate). Essa prioridade favoreceu, certamente, uma elevação rápida da produtividade por hectare, mas foi acompanhada, igualmente, de uma redução das disponibilidades alimentares internas e de uma elevação sensível do custo da cesta alimentar interna.

Enfim, a reforma agrária, centro de um debate dos mais candentes sobre Goulart e que determinara que os militares saíssem de suas casernas, era tratada de forma apenas parcial pela adoção de um "estatuto da terra". Este definia bem as condições de desapropriação, mas as limitava rapidamente às zonas que apresentavam **latifúndios** improdutivos, ou a uma população excedente, geradora de tensões, ou simplesmente a potencialidades suscetíveis de interessar a economia ou a segurança. A partir de 1970, a questão da propriedade foi reavaliada e progressivamente diluída na política mais ampla de colonização, destinada a tratar o superpovoamento das regiões nordestinas como uma transferência de população em direção às terras virgens da Amazônia.

Com relação a esses diferentes problemas, o retorno dos civis em 1986 só trouxe, aliás, soluções muito limitadas, reveladoras de uma resistência muito forte de certos segmentos da estrutura social a qualquer projeto de reforma agrária, fiscal ou social.

2.2.2 - Coréia do Sul: um balanço mais avançado

O exame das realizações sociais sul-coreanas aparece mais nuançado.

No seu **ativo**, o regime respeitou amplamente seus compromissos no que tange à satisfação das necessidades coletivas mais fundamentais e à redução de certas desigualdades sociais. Nesse segundo ponto, a ação envolveu, simultaneamente, o mundo rural e a indústria. A reforma agrária, empreendida desde a década de 50, foi aprofundada pela reformulação das estruturas fundiárias, com o oferecimento aos proprietários ausentes de bônus do Tesouro, que lhes permitiam investir na indústria em troca de suas terras, que eram, então, redistribuídas. A modernização da rizicultura favoreceu a industrialização (novas sementes, mecanização, insumos, construções, transportes, transferências de população ativa e de poupança) e contribuiu para o fim do isolamento da região rural, reduzindo as diferenças entre cidades e vilarejos. A indústria e o serviço público absorveram uma parte cada vez mais importante das populações rurais, favorecendo, principalmente no tocante às jovens gerações, uma certa ascensão. Os esforços de instrução e de formação, técnica em especial, foram extremamente bem assimilados por uma população laboriosa e ávida por um mundo melhor. Globalmente, estima-se que as diferenças sociais entre ricos e pobres foram reduzidas, passando de 1 a 40 vezes para 1 a 7 vezes entre 1960 e 1989.

No **passivo** do balanço social, não resta nenhuma dúvida de que a renda das primeiras vagas de proletarização de massa e a qualidade das relações industriais foram profundamente negligenciadas, para não dizer ignoradas, em nome unicamente da expansão quantitativa da produção e da produtividade. Os salários permaneceram muito baixos até a década de 80, embora tenham aumentado entre 1987 e 1991, para atingir a metade do nível japoneses. As condições de trabalho permaneceram muito duras, reguladas por uma disciplina quase militar no seio das grandes empresas exportadoras, enquanto o sindicalismo foi sistematicamente perseguido (CHOI, 1989). A agitação estudantil freqüentemente prestava mão forte a um movimento operário que suportava cada vez menos, ao longo do desenvolvimento rápido da economia, a manutenção do autoritarismo onipresente dos militares. É nesses termos que as violações dos direitos humanos foram freqüentemente denunciadas pelas igrejas cristãs e por países ocidentais, que aproveitaram amplamente o fato para denunciar a exploração abusiva da mão-de-obra, a fim de melhor poder acusar a indústria coreana de concorrência desleal.

Foi apenas após a queda, em fins de 1987, do General Chun e a chegada ao poder do atual Presidente Roh que o clima político e social começou a se "distender" gradualmente. Nesse aspecto, pode-se chamar atenção para a lentidão dos militares e do partido no poder em reconhecer as transformações sociais profundas nascidas da industrialização em menos de 25 anos. Na superfície dos distúrbios da ordem pública, a contestação — estudantil e operária — e a multiplicação das greves — sobretudo depois do período 1985-87 — durante muito tempo disfarçaram, aos olhos dos elementos mais duros do regime, a diversificação inelutável do tecido social, cada vez mais marcado pela ascensão de uma classe média e de jovens gerações que, afinal, aspiravam apenas a controlar seu próprio futuro. Ao mesmo tempo em que continuava a denunciar as formas ainda incipientemente democráticas do regime, sem todavia negar seu desempenho econômico, o debate social finalmente se ampliou para reivindicar uma melhoria das relações de trabalho e um abrandamento da gestão autocrática da economia.

2.3 - Legitimação pela democratização política: um processo em curso, mas inúmeras questões em suspenso!

2.3.1 - Brasil: uma democratização frágil após uma transição negociada, tendo a crise econômica como cenário

Tecnocrática acima de tudo, pouco preocupada com os aspectos políticos e sociais do desenvolvimento, é dessa forma que poderia ser rapidamente caracterizada a via de modernização trilhada pelo Brasil. É pouco surpreendente, nessas condições, que o poder tenha sofrido apenas um fracasso retumbante em sua tentativa de se legitimar pelo lado econômico (para não falar do social). Se, em 1973, o "milagre" apresentava certos resultados econômicos muito encorajadores, os excluídos formavam igualmente legião, em particular nas cidades, onde a industrialização favorecera a formação rápida de uma camada de trabalhadores. As dificuldades com que se deparou o processo de crescimento nessa época faziam despertar a consciência dessas massas para os desequilíbrios do modelo, tornando sua oposição política tanto mais legítima.

A partir de 1973/74, confrontados simultaneamente com as dificuldades comerciais ligadas à crise do petróleo, com um certo esgotamento do "milagre" e com as tensões sociais internas crescentes, os militares começaram a reconsiderar a questão do regime. A repressão sistemática dos primeiros anos deu, progressivamente, lugar a um certo discurso de "abertura" preocupado em preparar uma real distensão, conservando, ao mesmo tempo, as rédeas do poder, inclusive pelo recurso regular às manipulações eleitorais. A oposição precipitou-se naturalmente nos novos espaços entreabertos pelos militares, provocando retornos repentinos às antigas práticas, lançando, concomitantemente, o descrédito sobre um regime que não dispunha nem mesmo mais de um simulacro de solução capaz de legitimar suas práticas repreensíveis.

Finalmente, a partir de 1979, face a uma nova deterioração da situação econômica, a oposição tradicional — Igreja, estudantes, operários — foi reforçada de uma maneira decisiva pelo fortalecimento do patronato, da classe média e pelo ingresso nas fileiras da dissidência de certos quadros do partido governamental. A emergência de um "novo sindicalismo" no sul do País trouxe sua contribuição para a decomposição do regime, ela própria acentuada por um novo crescimento da oposição nas eleições legislativas de 1982. Enfim, a constituição no Congresso de uma ampla maioria de opositores — Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — e de dissidentes — Partido da Frente Liberal (PFL) — deu corpo à nova Aliança Democrática, pela qual seu candidato — Tancredo Neves —, após ter previamente tranqüilizado os militares quanto à política que pretendia implementar, foi eleito à Presidência em 15 de janeiro de 1985. Exausto, fulminado pela doença, este teve que abandonar, três meses mais tarde, a seu Vice-Presidente, o impopularíssimo José Sarney — ex-Presidente do Partido Democrático Social (PDS), o partido dos militares —, o encargo da transição para a democracia.

O período que se abriu com Sarney e, em seguida, com Collor de Mello acabou finalmente com todas as esperanças de uma real democracia. Os problemas fundamentais da sociedade brasileira — reforma agrária, fiscal, social e urbana — foram rapidamente escamoteados diante da importância das desordens econômicas (hiperendividamento interno e externo, hiperinflação, recessão em série), mas também, e

sobretudo, face à impotência de um jogo político cujas margens de manobra foram cuidadosamente definidas nas negociações concluídas entre a oposição e os militares que deixavam a cena.

Em última análise, a reabertura das estruturas políticas e a restauração da cidadania em um contexto de crise social exacerbada só serviram para restabelecer os termos de um conflito arbitrariamente congelado há 21 anos atrás, sem que o País tenha podido, nesse meio tempo, encontrar uma verdadeira solução para o problema de uma industrialização eminentemente específica, visto que "tardia" e, por conseguinte, "rápida".

2.3.2 - Coréia do Sul: um processo em curso

No plano político, o regime coreano teve também que se autolegitimar, tanto mais que sua identidade contestada não se limitou à ilegalidade do golpe de Estado de 1961. Com efeito, foi por diversas malversações que o Presidente Park conseguiu impor-se para um terceiro mandato nas eleições de 1971, por uma pequena margem de votos com relação a Kim Dae-Jung, seu rival do Novo Partido Democrata (NPD), fundado em 1967. Reconduzido a suas funções, Park proclamou, então, o estado de emergência e adotou uma nova Constituição (1972-80), que lhe permitiu concentrar todos os poderes, destituir o Parlamento de suas magras prerrogativas e reprimir duramente a oposição. Todavia esta última (encabeçada pelo NPD) conseguiu arrebatá-lo a metade dos votos nas eleições de 1973 e de 1978, apesar do clima de exceção e de violação dos direitos humanos que imperava então. Após o saque, pela polícia, da sede do NPD e a demissão coletiva dos deputados da oposição, a lei marcial foi proclamada em 1979, no momento em que a revolta dos estudantes em Pusan, segunda cidade do país, era reprimida com um banho de sangue. Park foi assassinado alguns dias mais tarde pelo Diretor do Serviço de Informações e com o apoio aparente de uma fração reformista do exército. A retomada do poder pelos civis durou muito pouco, pois um novo golpe de Estado a cargo da facção dura dos militares colocou no poder o Coronel Chun-Doo-Hwan em dezembro.

Face a uma contestação que não cedia, Chun não hesitou em restabelecer a lei marcial, prender os líderes da oposição, dissolver os partidos, expurgar a função pública e recorrer uma vez mais à repressão sangrenta em Kwangju, na primavera de 1980. Foi somente em 1981/82 que o país voltou a ter uma aparência de vida política. Os protestos da oposição partidária, bem como de uma sociedade preocupada em fazer os militares voltarem definitivamente às casernas, não pararam de crescer ao longo dos anos 80. Essa sociedade foi afetada simultaneamente pela violência do poder e por uma sociedade civil nascida da industrialização, a qual ingressou para valer na era moderna. A intransigência política de Chun e o agravamento das tensões sociais alimentadas pela corrupção e por escândalos que chegaram a respingar na cúpula do poder obrigaram finalmente o Presidente a pedir demissão, doravante com prisão domiciliar decretada por seus próprios pares.

A chegada ao poder de Roh Tae-Woo, em dezembro de 1987, ele próprio um ex-militar, estava longe de obter a unanimidade. Ele se forjou, entretanto, a imagem do homem da abertura e da democratização gradual, reconhecendo publicamente os erros do passado, concedendo plenos direitos à oposição parlamentar e outorgando-se uma estatura internacional graças a uma política externa de abertura inteligente para o

mundo comunista. Seus tímidos inícios de democratização política naturalmente levantaram a tampa de um caldeirão social em ebulição, comprimido durante muito tempo. As greves multiplicaram-se, reivindicando uma maior redistribuição dos frutos do crescimento, uma elevação dos salários e mais justiça social. A recessão econômica, real, mas bastante relativa, de 1989-92, o desmoronamento do comunismo através do Mundo, assim como os primeiros sinais de distensão com Pequim e Pyongyang contribuíram, certamente, para essa transformação, sem todavia deixarem prever uma democratização mais audaciosa que, sozinha, permitiria resgatar a iniciativa do partido presidencial.

3 - Perspectivas

Na trilha do amadurecimento econômico, da consagração do social e da democratização nascente, Brasil e Coréia do Sul vivem um período de transição sem precedentes. Por vias históricas freqüentemente muito diferentes, a industrialização esteve presente no encontro de duas configurações originais de fatores políticos, econômicos e sociais, para, finalmente, dar corpo a essa nova categoria de países chamados NPI. Os dois países, quicá mais ainda a Coréia, trilharam, em 30 anos, um pedaço do caminho na via da industrialização, talvez equivalente ao que o Japão levou um século e meio para percorrer.

Entretanto, se o número de realizações econômicas pode levar a um certo otimismo, a evolução recente tende a modular consideravelmente os ensinamentos que poderiam ser tirados dessas duas experiências.

No Brasil, a industrialização realizou-se excluindo uma ampla maioria da sociedade civil, cristalizando na arbitrariedade do regime militar os conflitos associados ao aprofundamento de uma "via industrial" de desenvolvimento. Os militares, de certa forma, só interferiram para prolongar, de maneira autoritária, o "compromisso" instaurado nos anos 30, mas que se tornou progressivamente impossível de administrar pelas vias democráticas. Mais do que resolver os verdadeiros problemas da economia, sua chegada ao poder só serviu para adiar tais problemas, autorizando, nesse meio tempo, a aplicação de um modelo de desenvolvimento altamente excludente. A transição para a democratização foi ainda mais decepcionante.

Na Coréia do Sul, a industrialização em alta escala parece ter beneficiado mais amplamente o conjunto do país e não ter provocado contestação ou exclusão irremediáveis. Nesse caso, é a exploração hábil de circunstâncias históricas excepcionais e o primado da coesão coletiva sobre o interesse individual que permitiram aos militares se imporem não somente pela força e por sua capacidade de organização, mas também por uma ação freqüentemente conforme aos discursos e às promessas, sobretudo em matéria econômica. A ditadura foi truculenta e implacável, mas soube impulsionar e garantir uma industrialização geral e rápida do país, que lhe permitiu galgar os primeiros postos da economia mundial. O rol dos sucessos econômicos é incontestável, a tal ponto que novas formas de redistribuição social e de repercussões políticas estão na ordem do dia. A democratização "à coreana" é um processo hoje em curso que poderia assumir todo o seu sentido na marcha para a reunificação das duas Coréias e no reencontro entre os "irmãos inimigos" (HAAS, 1989).

Bibliografia

- AMSDEN, Alice H. (1989). **Asia next giant, south Korea and late industrialization.** Nova lorque: Oxford University. p.139-153.
- BANQUE MONDIALE (1991). **Rapport sur le développement dans le monde.** p.11.
- BUFFET, Jacky (1991). **Brésil 1500/2000: étude d'un processus de développement sous hypothèse "d'industrialisation tardive" et analyse des métamorphoses de sa violence politique, économique et sociale.** Grenoble. (Collection IREP - Recherche). p.168-178.
- BUSINESS WEEK (28.1.91). New York: Mac-GrawHill.
- CHOI, Jang-Jip (1989). **Labor and the authoritarian state (1961-1980).** Seul: Korea University.
- HAAS, Michael, ed. (1989). **Korean reunification, alternative sathways.** Nova lorque: Praeger.
- SAY, Jean-Baptiste (1803). **Traité d'économie politique: discours préliminaire.** p.1.
- TEISSIER DU CROS, Rémi (1990). **Les Coréens: frères séparés.** L'Harmattan. 287p.